

A MAGNITUDE DO ESTADO NA SOCIOECONOMIA AMAPAENSE¹

Vidal Dias da Mota Junior*

*Doutor em Ciências Sociais pela Unicamp. Professor da Universidade de Sorocaba - Uniso. Sorocaba, SP - Brasil.
E-mail: vidal.mota@prof.uniso.br

O livro de Charles Achcar Chelala, “A magnitude do Estado na Socioeconomia Amapaense”, é uma referência importante nas discussões acerca do papel do Estado, do modelo de arranjo federativo, sua configuração e impactos nas unidades subnacionais, nesse caso o Amapá.

Pesquisas que demonstrem como os entes federativos se estruturam no atual federalismo brasileiro estão se configurando sempre são bem-vindas.

Portanto, uma análise da bibliografia brasileira sobre a vida política estadual torna-se oportuna, uma vez que invoca dois temas marcantes, também presentes em estudos sobre a história política nacional, são eles: o tema do federalismo, nos quais estão presentes a discussão, principalmente, sobre centralização e descentralização, e o segundo tema, o papel do estado como indutor do desenvolvimento local e regional.

O livro tem como foco o papel do Estado do Amapá, consolidado na década de 1990, na região norte do Brasil. Como este Estado possui cerca de 70% de seu território como áreas protegidas em unidades de conservação ou terras indígenas, torna-se peculiar analisar como vem se consolidando o processo de desenvolvimento de sua socioeconomia.

Nesse sentido, essa obra, fruto da dissertação de mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Amapá, traz importantes análises ao buscar mensurar a presença do Estado em uma unidade da federação comparando oito dimensões da presença estatal como elemento de indução e estímulo ao desenvolvimento econômico e social do estado da região amazônica.

¹ CHELALA, Charles Achcar. Rio de Janeiro: Publit, 2009. 224 p.

A pesquisa comprovou que no Amapá a presença do Estado é a mais expressiva entre todas as unidades da federação. A magnitude do Estado apresenta-se nas seguintes dimensões: participação da administração pública no PIB; número de servidores públicos, remuneração dos servidores públicos; gastos públicos *per capita*; carga tributária da UF; estabelecimentos privados; arrecadação de ICMS e consumo privado de energia. E ao analisar cada uma dessas dimensões, o autor identificou tendências de aumento ou estabilidade da magnitude do Estado na socioeconomia amapaense.

Sendo assim, a magnitude do Estado apontado por Chelala pode também ser fruto daquilo que Abrucio (2002) atribui que durante o processo de redemocratização, momento em que houve um fortalecimento dos governadores no sistema político, tendo origem na crise do modelo centralizador e "unionista" de relações intergovernamentais montado pelo regime militar. Abre-se, então, um ciclo descentralizador que ele caracteriza como "federalismo estadualista", isto é, os Estados passaram a ter grande força política dentro do contexto federativo.

Logo, o Estado do Amapá, que foi criado após a Constituição de 1998, pode ter sido fruto desse processo de empoderamento da esfera estadual perante o governo federal.

Ainda retomando os estudos de Abrucio (2002) sobre o fortalecimento dos Estados no federalismo brasileiro, é possível observar a formação nos estados de um sistema ultrapresidencialista de governo, no qual não há *checks and balances* contrabalançando o poder dos chefes dos Executivos estaduais, tanto por parte das instituições políticas como da opinião pública. Para pensar essa magnitude do estado amapaense, resalto aquilo que Abrucio (2002) enfatiza em seu livro "Os barões da federação":

[...] a atual estrutura federativa comporta sistemas presidencialistas distintos: um, no nível federal, em que há um grande equilíbrio entre os Poderes e o chefe do governo (o presidente) encontra-se fragilizado; e outro, no nível estadual, onde o chefe do Executivo controla praticamente os três poderes.

A vitória federativa dos Estados na Constituinte foi outro importante fato, que deu novas feições ao federalismo. Em primeiro lugar, os estados venceram a batalha tributária, aumentando sua parcela nos recursos nacionais em 12,9% com relação à antiga Constituição.

Já a União, perdeu 1,05%. Calcula-se ainda que, entre 1980 e 1990, enquanto a importância relativa da União na receita disponível total das três esferas de governo caiu 17%, no caso dos estados e municípios houve um aumento de 26% e 70%, respectivamente. Portanto, a magnitude do Estado apontada e comprovada no livro de Chelala pode ser explicada por esse processo de fortalecimento dos Estados no contexto da federação brasileira.

Vale ressaltar a reflexão do autor ao afirmar que a forte presença do Estado no desenvolvimento do Amapá não torna esse Estado mais forte. Nas considerações, Chelala deixa claro que o Estado é recorrentemente, tão ou mais prejudicial que o mercado, em especial quando se associa acriticamente a interesses privados e favorece a ação dos conglomerados empresariais. Uma breve análise da história recente da Amazônia dos grandes projetos hidrelétricos, mineiros, siderúrgicos, até o avanço do agronegócio na região pode sustentar essa argumentação. Portanto, maior presença do Estado não determina maior qualidade no desenvolvimento e de sua sustentabilidade, ou melhor, o desenvolvimento regional e a melhoria do bem-estar social local.

REFERÊNCIAS

ABRUCIO, Fernando Luiz. **Os barões da federação:** os governadores e a redemocratização brasileira. São Paulo: Hucitec, 2002.